



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

248

142

Habeas Corpus nº: 204.151-2
Comarca: Garanhuns
Vara: 1ª Vara Criminal
Impetrante: Maria do Socorro Paixão Silvestre
Paciente: José Severino Damião
Procuradora de Justiça: Maria Helena da Fonte Carvalho
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

EMENTA: HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PREVENTIVA. INOCÊNCIA E AUSÊNCIA DE PROVAS. DILAÇÃO FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE DA VIA. ÉDITO PRISIONAL. DESFUNDAMENTAÇÃO. PEÇA ESSENCIAL NÃO TRAZIDA AOS AUTOS. EXAME INVIÁVEL. DECISÃO APRECIADA EM OUTRO WRIT E REPUTADA LEGAL. EXCESSO DE PRAZO E CONDIÇÕES PESSOAIS. INDEMONSTRADOS. DENEGAÇÃO.

1. As alegações de inocência e de ausência de prova da autoria delitiva dizem respeito ao mérito da ação penal e exigem profunda dilação fático-probatória, inviável na estreita via do *mandamus*.
2. O writ não foi instruído com cópia do édito preventivo, peça imprescindível à compreensão da controvérsia, inviabilizando, assim, o exame da alegada desfundamentação do *decisum*.
3. Se fundada em razões objetivas a Corte decidiu pela legalidade da prisão ao julgar habeas corpus impetrado por corréu contra o mesmo decreto prisional, não poderia, revisando a matéria, decidir senão pela validade da decisão açoitada.
4. Sem conhecer a data em que se efetivou a prisão, nem os incidentes porventura ocorridos no âmbito da ação, não há como aferir se o lapso temporal transcorrido configura injustificada dilação prazal, a ponto de se converter em coação extralegal.
5. Habeas Corpus em parte conhecido e denegado. Unânime.

ACÓRDÃO

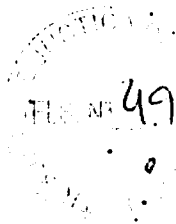
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade de votos, em conhecer parcialmente da ordem e na parte conhecida, denegá-la, nos termos do relatório, voto e demais peças que integram o julgado.

Recife, 09 de fevereiro de 2010.

Des. Fausto Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Habeas Corpus nº: 204.151-2
Comarca: Garanhuns
Vara: 1ª Vara Criminal
Impetrante: Maria do Socorro Paixão Silvestre
Paciente: José Severino Damião
Procuradora de Justiça: Maria Helena da Fonte Carvalho
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

143

RELATÓRIO

Impetrou-se o presente Habeas Corpus, com pleito liminar, em favor de **José Severino Damião**, denunciado por infração ao art. 121, § 2º, II e IV, do CP, nos autos do Proc. nº 216.2009.002573-5, em curso perante Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns, ora indigitado coator.

A impetração insurge-se contra o édito preventivo aduzindo que: O Paciente é inocente e não há provas de que participou do delito; a decisão carece de fundamentação; há excesso de prazo na formação da culpa; o paciente detém atributos pessoais favoráveis à liberdade provisória.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 07/11.

O pleito foi inicialmente distribuído à relatoria do em. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio, que mediante decisão de fls. 18/20, indeferiu o pleito liminar e solicitou informações à indigitada autoridade coatora.

Por ofício de fls. 25/31, o Juízo a quo prestou as informações pertinentes, salientando a conexão com o HC 204131-0, por mim relatado.

A Procuradora de Justiça, Drª. Maria Helena da Fonte Carvalho, mediante parecer de fls. 35/37, opinou pela denegação da ordem.

Por despacho de fls. 40/41, o relator originário determinou que o feito fosse redistribuído à minha relatoria, em razão da prevenção.

Eis o importante a relatar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

144

VOITO:

A impetração antecipa, indevidamente, a discussão fático-probatória, ao argumento de que nos autos inexistem elementos probatórios que comprovem a participação do Paciente no delito, tudo não passando de provas arranjadas, apenas por "ouvir dizer", que nada comprovam.

Tal argumentação desborda a estreita via do habeas corpus, à medida que demanda revolvimento do acervo probatório e exige que se debruce o julgador em delida análise da prova contida nos autos da ação penal de conhecimento para aferir a pertinência do alegado.

A via mandamental, contudo, exigente de demonstração inequívoca das ilegalidades aventadas, mediante prova pré-constituída, não admite a dilação probatória imprescindível ao exame de alegações que, na verdade, dizem respeito ao mérito da ação penal em curso.

O cotejo de provas é incumbência da instância primária e se dará ao término da instrução criminal, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme tem decidido o Superior Tribunal de Justiça:

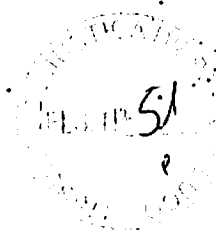
"O habeas corpus constitui-se em meio impróprio para a análise de questões que exijam o reexame do conjunto fático-probatório como a alegação de ocorrência de flagrante preparado, tendo em vista a incabível dilação que se faria necessária." (STJ – HC 59666/TO – Rel. Min. Gilson Dipp)

A discussão sobre a autoria delitiva e as circunstâncias do crime deve ser travada perante o juiz da causa, a quem cumpre o mister de apreciar os fatos e sobre eles decidir de acordo com seu livre convencimento.

Acolher os argumentos estampados na inicial importaria, na prática, verdadeira sentença absolutória em prol do Paciente, suprimindo do Tribunal do Júri a competência soberana de julgar os crimes contra a vida.

Portanto, nesse particular, não conheço da impetração.

Igualmente não comporta conhecimento a alegação de que a prisão cautelar carece de fundamentação legal, pois a impetração não foi instruída com cópia da decisão vergastada – o decreto preventivo – peça imprescindível à compreensão da controvérsia, inviabilizando, desse modo, a aferição da alegada ausência de motivação édito constritor.



145

"O rito da ação constitucional do habeas corpus demanda prova pré-constituída, apta a comprovar a ilegalidade aduzida, descabendo conhecer de impetração mal instruída, onde não tenha sido juntada peça essencial para o deslinde da controvérsia, inviabilizando a adequada análise do pedido. (STJ. HC 49090/SP. Rel. Min. Laurício Vaz)".

Impende salientar que este Colegiado ao apreciar pretensão idêntica formulada pela causídica impetrante em favor do corréu Vanilson Lins da Silva, decidiu pela validade e legalidade do decreto prisional açoitado, mediante acórdão assim ementado:

4. Habeas Corpus denegado. Decisão unânime.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

52
146

Ora, versando o presente writ sobre o mesmo édito constritor e fundando-se o aresto acima transcrito em razões eminentemente objetivas, outra não poderia ser a conclusão senão pela legalidade da custódia.

Melhor sorte não acode à asserção de constrangimento ilegal por excesso de prazo na condução da instrução criminal.

Embora a inicial se reporte ao dia 02.10.2009 como a data da prisão do Paciente, nenhuma prova carreu aos presentes autos que ateste a veracidade tal informação, sequer comprovou que está o Paciente preso.

O juízo primevo, por seu turno, nenhum esclarecimento trouxe que possa suprir a lacuna probatória que macula a inaugural do *mandamus*.

A mingua de elementos mínimos de aferição, incognoscível se avulta, também, esse pilar em que se apóia a impetração.

Sem conhecer a data em que se efetivou a prisão cautelar, nem os incidentes porventura ocorridos na tramitação do processo, não há como aferir se o lapso temporal transcorrido configura injustificada dilação dos prazos processuais, a ponto de se converter em coação extralegal.

Submete-se a alegação de excesso de prazo ao princípio da razoabilidade, observadas as peculiaridades do caso concreto. Não decorre de mera operação aritmética. Exige, acima de tudo, prudência na aferição das circunstâncias e justificativas inerentes a cada caso.

In casu, a deficiente instrução do writ impede o exame de tais circunstâncias fáticas e a pertinência do alegado excesso de prazo.

Ante o exposto, voto pelo conhecimento parcial do mandamus e, na parte conhecida, pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 09 de fevereiro de 2010.

Des. Fausto Campos

Relator